



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
TERMO DE REFERÊNCIA Nº
CGETI 03/2018
(Processo Administrativo n.º15414.614280/2017-08)

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de Serviço de Natureza Continuada de Suporte e Assistência Técnica para equipamento Storage marca EMC modelo VNX 5300 e Switch SAN DS 300B, com cobertura por 12 meses, em operação na Sede da Autarquia, incluindo a substituição e fornecimento de peças originais dos equipamentos e seus componentes, quando necessário e ainda aquisição adicional de 08 (oito) unidades de disco rígido, com respectiva instalação.

DO TIPO: Menor Preço.

DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA: empreitada por preço global.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário (unidade)	Quantidade	Valor Máximo do Item *
01- Material	Disco para Storage EMC VNX5300 Tecnologia: SAS 6 Gbps Capacidade: 600GB Rotação mínima: 15.000 RPM Formato: 3,5"	R\$ 1.350,00	02 unidades	R\$ 2.700,00
02 - Material	Disco para Storage EMC VNX5300 Tecnologia: SAS 6 Gbps Capacidade: 2 TB Rotação mínima: 7.200 RPM Formato: 3,5"	R\$ 1.198,63	06 unidades	R\$ 7.191,78
03 - Serviço	Suporte e Assistência Técnica para Storage marca EMC modelo VNX 5300	R\$ 3.333,30	12 meses (passíveis de prorrogação)	R\$ 39.999,60
04 - Serviço	Suporte e Assistência Técnica Switch SAN DS 300B (2 Unidades)	R\$ 2.603,75	12 meses (passíveis de prorrogação)	R\$ 31.245,00
Total Geral Estimado para esta Licitação				R\$ 81.136,38
<i>*Valores referentes aos itens 1 e 2 serão pagos em parcela única, após o recebimento definitivo. *Valores referentes aos itens 03 e 04 serão divididos em 12 parcelas mensais, passíveis de prorrogação conforme seção 16 deste termo de referência.</i>				

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Atualmente, a Susep armazena a maior parte de seus dados em Data Center Externo contratado, entretanto algumas informações de sistemas permanecem nas dependências da Autarquia. Estas últimas encontram-se em repositório de dados localizado no 10º andar da Sede, qual seja um storage EMC modelo VNX5300, adquirido no ano de 2012. Neste equipamento estão alocados informações, serviços e sistemas internos utilizados pelo órgão, essenciais para o exercício de suas atividades diárias, destacando-se: Controlador de domínio (Active Directory); Servidor de arquivos (file Server); Servidor de impressão em rede; Sistemas de gestão interna; Sistemas de Gerenciamento da Rede Local e Sistemas de Monitoramento dos Links Wan.
- 2.2. Sublinhamos adicionalmente ainda que a Política de Segurança da Informação e Comunicações da SUSEP (POSIC), orienta-nos à preservação da disponibilidade, da integridade, da autenticidade e do sigilo dos ativos de informação desta Autarquia. Neste sentido, faz-se necessário disponibilizar recursos à área de Tecnologia de Informação para a preservação destes pilares.
- 2.3. Vale destacar que a garantia de fábrica da storage EMC VNX5300 encerrou-se no mês de janeiro/2016 e que a SUSEP não dispõe de recursos financeiros suficientes para a aquisição de um novo equipamento deste tipo, haja vista a atual conjuntura financeira, decidiu-se então adquirir discos rígidos para o equipamento em questão (Storage EMC). O Objetivo desta contratação é assim aumentar a capacidade de armazenamento, bem como possibilitar a esta Instituição manter discos spare (reserva), para evitar-se paralisações indesejáveis aos citados sistemas. Em suma, a decisão se baseia no fato dos discos rígidos serem os componentes mais sensíveis neste tipo de equipamento, apresentando desgaste ao longo do tempo. Como os dados são efetivamente armazenados nestes discos rígidos, uma falha ou defeito nestes componentes pode causar a perda de informações e até mesmo a interrupção do funcionamento de um sistema, base de dados ou serviço de rede. Recentemente, 2 (dois) discos rígidos apresentaram falha, mais precisamente no mês de agosto de 2017.
- 2.4. Com base nestas informações, estabeleceu-se a necessidade de adquirir 8 discos rígidos, integralmente compatíveis com a storage EMC VNX5300, que serão utilizados neste equipamento em questão.
- 2.5. O Agrupamento em lote deve-se à necessidade de tratar as especificidades do serviço, e está fundamentada na legislação em vigor, em redação dada pela IN N° 03/2009 - SLTI/MP, na qual se admite a aquisição por lote único quando, comprovada e justificadamente, houver Inter-relação entre os serviços contratados, o gerenciamento centralizado ou implicar em vantagem para a Administração Pública. Os itens precisam ser adjudicados juntos, vez que os dois itens se conjugam (**storage e switch fibre channel**), oferecendo uma solução única à rede de dados, que terão níveis mínimos de serviço únicos. Ademais, os discos rígidos a serem adquiridos serão parte integrante do equipamento cujo suporte técnico está sendo contratado em seu conjunto. Assim, a licitante terá o ônus de realizar a instalação dos discos rígidos e prestar assistência técnica aos equipamentos na sua totalidade (incluindo os citados discos).
- 2.6. Vale destacar ainda que o Switch SAN (**fibre channel**) é responsável pela conectividade à rede institucional do *Storage*, sem o qual os dados sequer poderiam ser acessados, tampouco backups poderiam ser executados. Observa-se, portanto, a relação óbvia de dependência entre os dispositivos supracitados para o fornecimento dos serviços de suporte técnico.
- 2.7. Caso a licitação seja adjudicada para diferentes fornecedores, a finalidade da contratação poderá não ser alcançada e administração incorrer em prejuízos, desta feita não podemos aceitar tais riscos.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1 O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Nº 5.450, de 31 de maio de 2005, por possuir padrões de desempenho usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.
- 3.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 3.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Em relação aos Discos Rígidos:

4.1.1. Para instalação (itens 1 e 2) será necessário, no mínimo:

- Colocação física dos discos nas gavetas próprias atualmente existentes;
- Criação/expansão de *Raid Group ou Pool*;
- Criação de *Hot Spares*, a critério do contratante;
- Criação de novas *LUNs* ou remodelação das atuais, a critério da contratante;

4.1.2. A Instalação dos discos rígidos deverá ser realizada em horário estipulado pela contratante, podendo inclusive ocorrer à noite ou em finais de semana, seguindo todas as recomendações do fabricante.

4.1.3. A configuração deverá ser planejada em conjunto, contemplando a necessidade da Contratante, a viabilidade técnica e a adequação as melhores práticas recomendadas pelo fabricante.

4.1.4. A instalação e configuração será acompanhada e supervisionada pela equipe técnica do CGETI.

4.2. Em relação aos Serviços de Suporte e Assistência Técnica:

4.2.1 A abertura de chamados poderá ser realizada por meio de uma das seguintes opções:

- Via telefone (0800);
- Via E-mail ou
- Site do fabricante;

4.2.2 O atendimento deverá ser realizado por pessoal técnico da própria Contratada ou do fabricante dos equipamentos descritos no objeto da licitação, para realizar:

- Diagnóstico de problemas (não precisa ser realizado necessariamente *on-site*);
- Substituição de componentes de hardware, caso necessário;

4.2.3 A Contratante deverá também fornecer e instalar novas versões de software de administração do storage, conforme disponibilizadas pela Fabricante do Equipamento;

4.2.4. Os serviços de assistência técnica serão solicitados mediante a abertura de chamado à empresa CONTRATADA ou ao fabricante, devendo o serviço estar disponível em horário comercial (8x5).

- SUPORTE NO LOCAL: Técnicos autorizados serão enviados ao local da instalação dos equipamentos (Sede da Susep) após a identificação de problema e desde que a Contratada não consiga resolver incidentes de maneira remota.
- 4.2.5. Quando do surgimento de um incidente, caberá aos técnicos da contratada identificar os componentes de firmware e/ou hardware responsáveis pelo mau funcionamento do sistema.
- 4.2.6. Os componentes, peças e materiais para reposição deverão ser originais do fabricante e de qualidade e características técnicas iguais ou superiores, desde que compatíveis aos existentes nos equipamentos atuais.
- 4.2.7. O Suporte e assistência técnica também se estenderá aos discos rígidos adquiridos neste certame, conforme itens I e II deste termo de referência.
- 4.2.8. Os eventuais custos das peças adicionais para reposição, em caso de defeito, devem ser incluídos no valor da prestação dos serviços e não poderão ser cobrados à parte.
- 4.2.9. Semestralmente, a Contratada deverá realizar manutenção preventiva, executando **checklist** dos componentes do storage, prevenindo assim a ocorrência de falhas e defeitos.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

Os serviços serão prestados incluirão todos os custos de suporte (disponibilidade de atendimento por telefone), reparação e substituição do que se fizer necessário para o perfeito funcionamento dos equipamentos. Durante o período de execução do contrato, o equipamento Storage EMC VNX- 5300 e Switch DS 300B deverão contar com cobertura **on-site** de manutenção sem custo adicional. A seguir informamos a configuração atual do equipamento (hardware e Software):

<p>Unidade de armazenamento em disco - 1 unidade, Storage VNX 5300</p> <p>2 controladoras redundantes e ativas</p> <p>23 discos 600GB sendo:</p> <p>1 Gaveta DPE com 14 discos</p> <p>1 Gaveta DAE com 9 discos</p> <p>4 Interfaces <i>Fibre Channel</i> 8Gbps</p> <p>Switch FC - 2 unidades, EMC Cormectrix modelo DS 300B</p> <p>8 portas universais expansíveis a 24 portas</p> <p>16 Cabos FC LC-LC</p>	<p>Software Local Protection Suite (clone/snap)</p> <p>Software de Gerenciamento Web Tools</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos, conforme a criticidade de cada Ordem de Serviço:

6.1.1. **Severidade Baixa:** atividades que não causem impacto à disponibilidade do serviço, como diagnóstico de equipamento (s), ações de melhoria, esclarecimento de dúvidas técnicas, resolução de problemas de baixo risco entre outros.

Os chamados técnicos de severidade “baixa” deverão ter início de atendimento em até 4hs contadas a partir da data e da hora de abertura. A solução deverá ocorrer em até 72hs da data/hora de abertura.

6.1.2. **Severidade Média:** incidente (s) que não causa (em) indisponibilidade do ativo, mas que afete de forma significativa o desempenho do serviço.

Os chamados técnicos de severidade “média” deverão ter início de atendimento em até 4hs contadas a partir da data e da hora de abertura. A solução deverá ocorrer em 48h da data/hora de abertura.

6.1.3. **Severidade Alta:** incidente (s) que causa (em) indisponibilidade do Equipamento, afetando diretamente as atividades desta Autarquia.

Os chamados técnicos de severidade “alta” deverão ter início de atendimento de até 4hs contadas a partir da hora de abertura. A solução deverá ocorrer 24h da data/hora de abertura.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar o seguinte material de consumo e providenciar sua respectiva instalação.

Id	Demanda Prevista	Quantitativo
1	Disco para Storage EMC VNX5300 Tecnologia: SAS 6 Gbps Capacidade: 600GB Rotação: 15.000 RPM Formato: 3,5"	02 Unidades
2	Disco para Storage EMC VNX5300 Tecnologia: SAS 6 Gbps Capacidade: 2 TB Rotação: 7.200 RPM Formato: 3,5"	06 Unidades

8. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

- 8.1. Os serviços de suporte e assistência técnica serão iniciados imediatamente após assinatura do contrato.
- 8.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 8.3. Os serviços de entrega e instalação dos Discos Rígidos (itens 1 e 2) deverão ser realizados pela Contratada no prazo máximo de **60 dias corridos** após a assinatura do contrato;
- 8.4. Os serviços de entrega e instalação dos Discos Rígidos (itens 1 e 2) serão recebidos definitivamente no prazo máximo de 10 dias após a instalação com sucesso. Os pagamentos dos valores relativos a estes itens serão efetuados até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela empresa, em parcela única, devidamente atestada pelo setor competente, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a legislação vigente;
- 8.5. Já o pagamento mensal do valor relativo aos itens 3 e 4 serão efetuados até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao serviço prestado, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela empresa, devidamente atestada pelo setor competente, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a legislação vigente. Serão 12 (doze) parcelas mensais, conforme prazo de vigência definido neste termo de referência;
- 8.6. O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor da instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo para isso ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;
- 8.7. A Fatura/Nota Fiscal deverá ser entregue no endereço estipulado pela CONTRATANTE, devidamente discriminada em nome desta.
- 8.8. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelos servidores competentes na nota fiscal apresentada, após o recebimento definitivo do objeto.
- 8.9. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da entrega e aceitação dos equipamentos, estes não estiverem em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.
- 8.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 8.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.12. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 8.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.15. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão

contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

- 8.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 8.17. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.
- 8.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.19. CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. DA VISTORIA

- 9.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21) 3233-4156.
- 9.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 9.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 11.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 11.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 11.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 11.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 11.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 11.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 14.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 14.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle.
- 14.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 14.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.9. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
 - 14.9.1. Validação mensal do relatório de prestação de serviços enviado pela contratada;
 - 14.9.2. Conferência da execução das tarefas periódicas de manutenção preventiva;
 - 14.9.3. Conferência da execução das eventuais ordens de serviço emitidas;
- 14.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
 - 15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

- 15.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 15.1.6. Não manter a proposta.

15.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 15.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2. Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 15.2.2.1. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, ainda que seja para reforço, aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;
 - 15.2.2.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 15.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 15.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 15.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.7. Em relação aos Níveis de Serviço Exigidos:

Ocorrência	Sanção /Glosa
Deixar de atender chamado técnico.	1,0 % (um por cento) sobre o faturamento mensal, por Ocorrência.
Reabertura de Ordem de Serviço por falha no Atendimento.	1,0 % (um por cento) sobre o faturamento mensal, por Ocorrência.
Exceder o limite para início de atendimento.	1,0 % (um) sobre o faturamento mensal mais 0,1 % por hora Excedente sobre o faturamento mensal, por ocorrência.
Ultrapassar o limite máximo de tempo para solução.	1,0 % (um) sobre o faturamento mensal mais 0,1 % por hora excedente sobre o faturamento mensal, por ocorrência.

16. DA RENOVAÇÃO / PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

- 16.1. A critério da CONTRATANTE e com a anuência da CONTRATADA, os itens 03 (três) e 04 (quatro) poderão ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses.
- 16.2. A prorrogação manifesta no item 16.1 dependerá de realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade para a Administração das condições e dos preços contratados.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – Responsável pela instrução do processo	
INTEGRANTE REQUISITANTE	
INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2018.